

Relatório Trimestral de Atividades

1º Trimestre de 2016

© TCEES, 2016

E77p Espírito Santo. Tribunal de Contas do Estado.

Relatório Trimestral de Atividades: 2016 / Tribunal de Contas do Estado.

Vitória/ES: TCEES, 2016.

37p.

1. Tribunal de Contas-Espírito Santo (E) - Relatório Trimestral de Atividades: 2016.

I. Título.

(341.38509815206)

Catálogo pela Biblioteca do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo

Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo
Rua José Alexandre Buaiz, 157, Enseada do Suã, Vitória, ES, CEP 29950-913
Telefone (27) 3334-7600
www.tce.es.gov.br

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CORPO DELIBERATIVO

Presidente

Sérgio Aboudib Ferreira Pinto

Vice-Presidente

José Antônio Almeida Pimentel

Corregedor

Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun

Ouvidor

Domingos Augusto Taufner

Conselheiros

Sebastião Carlos Ranna de Macedo

Sérgio Manoel Nader Borges

AUDITORES SUBSTITUTOS DE CONSELHEIROS

Márcia Jaccoud Freitas

João Luiz Cotta Lovatti

Marco Antônio da Silva

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS

Procurador Geral

Luciano Vieira

Procuradores de Contas

Heron Carlos Gomes de Oliveira

Luís Henrique Anastácio da Silva

DIRETOR-GERAL DE SECRETARIA

Fabiano Valle Barros

SECRETÁRIO-GERAL DAS SESSÕES

Odilson Souza Barbosa Junior

SECRETÁRIO-GERAL DE CONTROLE EXTERNO

Rodrigo Lubiana Zanotti

SECRETÁRIO-GERAL ADMINISTRATIVO

Marco Antônio S. Moscoso

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

NEGÓCIO

Controle Externo

MISSÃO

Gerar benefícios para a sociedade por meio do controle externo e do aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos.

VISÃO

Ser reconhecido como instrumento de cidadania.

VALORES

Independência
Ética
Transparência
Responsabilidade Sustentável
Equidade
Excelência de Desempenho
Profissionalismo
Valorização das Pessoas

APRESENTAÇÃO

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, em cumprimento ao disposto no art. 71, § 4º, da Constituição Estadual, apresenta o seu Relatório Trimestral de Atividades, referente ao 1º trimestre de 2016.

Dentre as ações realizadas pelo TCEES nesse 1º trimestre, podemos destacar:

- *O TCE passa a atuar de forma especializada, concentrando esforços de fiscalização por tema. As secretarias de controle externo, divididas até então por critérios geográficos e orçamentários, passam a ter atuação específica: recursos, atos de pessoal, obras e engenharia, previdência e pessoal, macroavaliação governamental, contas, denúncias e representações, fiscalização do Estado, fiscalização dos municípios e tecnologia da informação.*
- *Nos meses de fevereiro e março os auditores do TCE foram capacitados de acordo com novas diretrizes da especialização do controle externo.*
- *A Corregedoria realizou o seu 1º Workshop, em que foram apresentadas e discutidas ações a serem desenvolvidas até dezembro de 2017.*

Sempre tendo em vista a excelência no desempenho de suas obrigações, com foco na sua missão e visão, o TCEES executou importantes ações no 1º trimestre de 2016, com o objetivo de aprimorar a sua atuação enquanto órgão fiscalizador e orientador, contemplando ações plenamente efetivas e consoantes aos anseios sociais.

Este relatório apresenta os principais resultados da atuação do TCEES, tanto na área do controle da gestão pública, quanto na área administrativa. As informações nele disponibilizadas foram consolidadas pelo Núcleo de Planejamento e Projetos – NPP, a partir dos dados enviados pelas respectivas unidades.

Vitória, 20 de maio de 2016

Conselheiro **Sérgio Aboudib Ferreira Pinto**
Presidente

SUMÁRIO

COMPETÊNCIA E JURISDIÇÃO DO TCEES.....	7
AÇÕES DE DESTAQUE NO TRIMESTRE	8
ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO	10
3.1 PRINCIPAIS RESULTADOS NO TRIMESTRE.....	10
3.2 AÇÕES DO PLENÁRIO.....	11
3.3 AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO.....	18
3.4 COMISSÕES TÉCNICAS INSTITUÍDAS.....	20
ATIVIDADES DE GESTÃO	21
4.1 GESTÃO DE PESSOAS	21
4.2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	22
4.3 SERVIÇOS GERAIS	24
4.4 GESTÃO DOCUMENTAL	25
4.5 COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL.....	25
4.6 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	27
4.7 CONTROLE INTERNO	28
4.8 GESTÃO DA ESTRATÉGIA	29
NÚCLEO DE JURISPRUDÊNCIA E SÚMULA.....	32
MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TC	33
CORREGEDORIA.....	34
OUVIDORIA.....	35
ANEXOS.....	36

COMPETÊNCIA E JURISDIÇÃO DO TCEES

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), criado por meio da Lei nº 1.287/1957, tem a missão constitucional de orientar e controlar a gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade.

Ao Tribunal compete atuar na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, municípios e das entidades da administração direta e indireta, quanto aos aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade.

É seu papel auxiliar a Assembleia Legislativa e Câmaras Municipais nos procedimentos de controle externo da gestão pública, sem que haja qualquer subordinação ou poder hierárquico entre os órgãos. Suas atribuições são fixadas no artigo 71 da Constituição Federal de 1988, no artigo 71 da Constituição Estadual de 1989 e na Lei Complementar 621/2012.

Qualquer pessoa, física ou jurídica, e qualquer entidade que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre bens e valores públicos, relativos a recursos públicos estaduais e municipais, estão obrigadas a lhe prestar contas.

Convém citar a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), que ratifica as competências do Tribunal em fiscalizar o cumprimento das normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com ênfase no que se refere ao cumprimento, pelo Estado e municípios, dos limites das despesas com pessoal, dos limites e condições para realização de operações de crédito, inscrição em restos a pagar e a destinação de recursos obtidos com alienação de ativos e outros.

Com sede em Vitória e jurisdição em todo o território do Estado do Espírito Santo, compõe-se de sete conselheiros, quatro auditores, três procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e quadro próprio de servidores para cumprir finalidades de apoio técnico e administrativo.

AÇÕES DE DESTAQUE NO TRIMESTRE

ELEIÇÃO E POSSE

- ✓ *O procurador de Contas Luciano Vieira tomou posse no cargo de procurador-geral do Ministério Público de Contas (MPC), em sessão especial realizada no auditório do TCEES em 18 de fevereiro. Ele comandará o MPC no biênio 2016-2017.*

SOCIEDADE

- ✓ *Foi disponibilizado no portal do TCEES o informativo anual do Núcleo de Jurisprudência e Súmula (NJS), que reúne as decisões da Corte no ano de 2015;*
- ✓ *Realização do Encontro de Orientação Técnica sobre o módulo Prestação de Contas Anual do sistema Cidades-Web. A capacitação foi realizada no dia 9 de março e contou com um público de mais de 200 servidores (secretários de finanças dos municípios, contadores, responsáveis pelo controle interno e assessores);*
- ✓ *Realização do II Encontro de Orientação Técnica no dia 22 de março. O evento abordou a obrigatoriedade da emissão de parecer pelo órgão de controle interno nas prestações de contas anuais (PCA).*

GESTÃO ESTRATÉGICA

- ✓ *O TCE passa a atuar de forma especializada, concentrando esforços de fiscalização por tema. A alteração regimental foi aprovada na sessão Plenária do dia 29 de março. As secretarias de controle externo, divididas até então por critérios geográficos e orçamentários, passam a ter atuação específica: recursos, atos de pessoal, obras e engenharia, previdência e pessoal, macroavaliação governamental, contas, denúncias e representações, fiscalização do Estado, fiscalização dos municípios e tecnologia da informação. Foram mantidos os núcleos de Informações Estratégicas, que passa a fazer parte da estrutura da Secretaria Geral de Controle Externo (Segex), e Estudos Técnicos e Análises Conclusivas;*
- ✓ *A Corregedoria do TCEES realizou dois Workshops, em que foram apresentadas e discutidas ações a serem desenvolvidas até dezembro de 2017.*

GESTÃO DE PESSOAS

- ✓ *Nos meses de fevereiro e março os auditores do TCE foram capacitados de acordo com novas diretrizes da especialização do controle externo. Conteúdos atinentes à auditoria governamental, à responsabilização dos agentes públicos e privados perante os Tribunais de*

Contas e ao processo nas Cortes de Contas (acusação, contraditório, julgamento e recursos) fazem parte da estratégia de aperfeiçoar o exercício do controle e melhorar a gestão pública;

- ✓ *Comemoração do Dia da Mulher. As servidoras da Corte foram recepcionadas com o Coral de Contas, flores e momento de beleza, numa parceria sem custos com o Boticário. As rosas foram doadas pelas associações de servidores do TCE-ES.*

OUTRAS AÇÕES

- ✓ *Realizações de campanhas de doação de ovos de páscoa e materiais de limpeza. Os servidores doaram 141 ovos de páscoa, beneficiando crianças de 4 instituições. Já o Instituto Luiz Braille recebeu dos servidores do TCE doação de materiais de higiene e limpeza.*

ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

3.1 PRINCIPAIS RESULTADOS NO TRIMESTRE

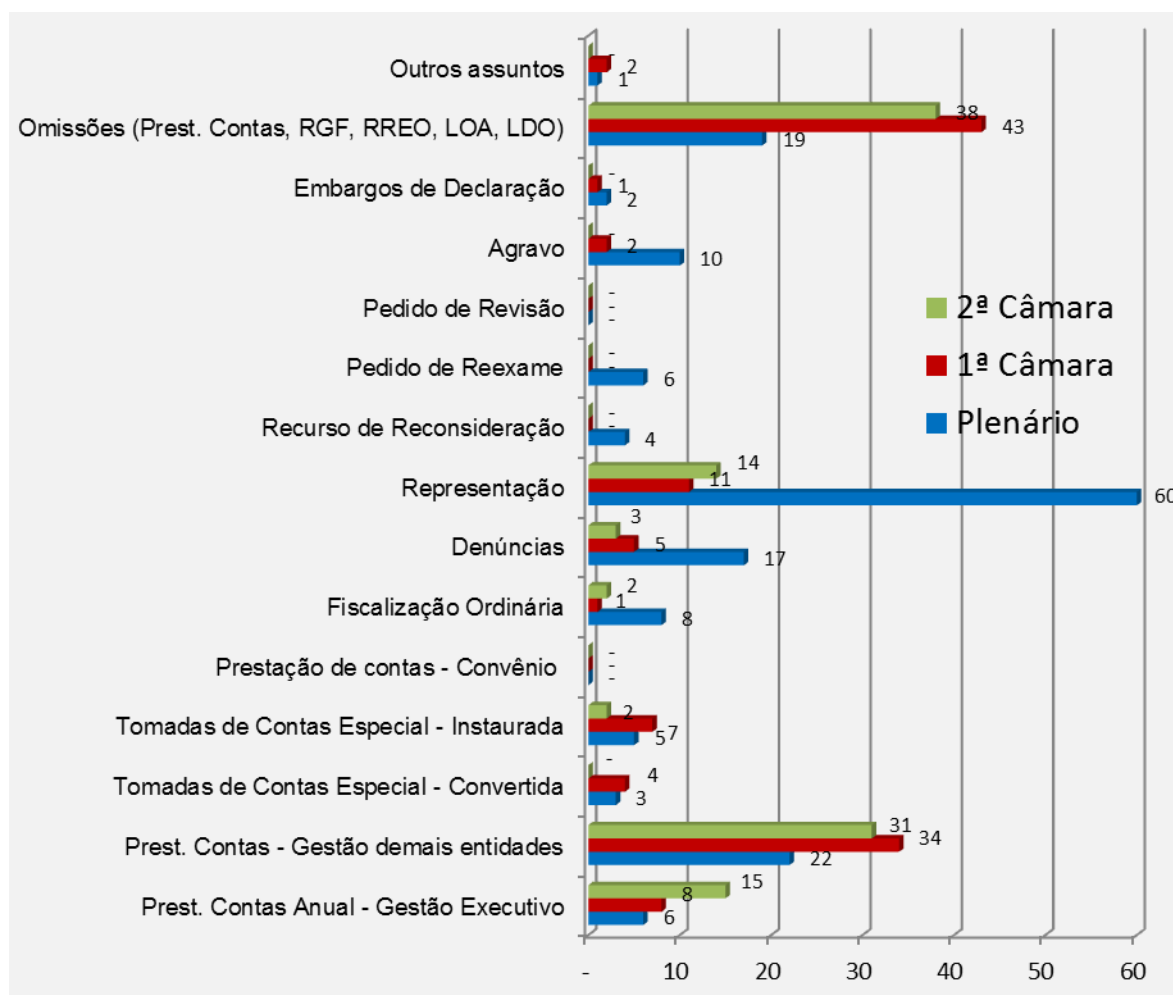
<i>Fiscalizações realizadas</i>	7
<i>Processos autuados no TCEES</i>	2.075
<i>Processos de pessoal do TCEES</i>	2
<i>Processos administrativos do TCEES</i>	145
<i>Processos de controle externo</i>	1.928
<i>Número de sessões realizadas</i>	29
<i>Número de Atos Normativos</i>	6
<i>Número de processos julgados ou apreciados</i>	416
<i>Número de Acórdãos</i>	386
<i>Número de Pareceres Prévios</i>	26
<i>Número de Pareceres Consulta</i>	4
<i>Número de Decisões</i>	1.441
<i>Multas com recolhimento aos cofres públicos estaduais</i>	73.584
<i>Ressarcimentos com recolhimento aos cofres públicos</i>	6.240
<i>Demandas atendidas pela Ouvidoria</i>	89

3.2 AÇÕES DO PLENÁRIO

O Plenário é constituído por sete Conselheiros e dirigido pelo Conselheiro-Presidente, que se reúnem em sessões plenárias para deliberações. Os atos deliberados pelo Plenário assumem a forma de resolução, parecer, parecer prévio, acórdão e decisão.

Atos do Plenário	1º trim 2015	1º trim 2016		
		Plenário	1ª Câmara	2ª Câmara
Sessões plenárias	27	12	9	8
Ordinárias	25	9	9	8
Extraordinária	-	-	-	-
Especial	-	1	-	-
Administrativa	2	2	-	-
Processos em pauta	-	534	860	604
Processos julgados ou apreciados	317	175	133	108
Notificações / Citações elaboradas	-	460	32	13

ACÓRDÃOS



Atos do Plenário	1º trim 2015	1º trim 2016		
		Plenário	1º Câmara	2º Câmara
Decisões	3.093	550	488	403
Acórdãos (*)	295	163	118	105
Pareceres prévios	20	8	15	3
Pareceres em consulta	2	4	-	-
Resoluções	1	-	-	-
Instruções normativas	-	1	-	-
Total	3.411	726	621	511

(*) Quantidade de acórdãos, mesmo que tenham mais de uma decisão.

JULGAMENTO CONCLUSIVO

Resultados dos Pareceres Prévios	1º trim 2015	1º trim 2016		
		Plenário	1º Câmara	2º Câmara
Prestação de Contas	10	3	16	3
Parecer pela aprovação	5	3	6	2
Parecer pela aprovação com ressalva	3	-	4	1
Parecer pela rejeição	2	-	6	-
Reformular parecer - aprovação	-	-	-	-
Reformular parecer - rejeição	-	-	-	-
Contas iliquidáveis	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Recursos	10	5	-	-
Negar provimento - aprovação	-	-	-	-
Negar provimento - aprovação com ressalvas	1	-	-	-
Negar provimento - rejeição	-	2	-	-
Provimento - reformular parecer - aprovação	4	-	-	-
Provimento - reformular parecer - aprovação com ressalva	2	-	-	-
Provimento - anular parecer	-	-	-	-
Provimento - reformular parecer - rejeição	2	-	-	-
Provimento parcial - rejeição	1	1	-	-
Provimento parcial - aprovação	-	1	-	-
Não conhecer	-	1	-	-
Negar seguimento - excluir atos de gestão - aprovação	-	-	-	-
Negar seguimento - reformular p/ excluir irregularidades - rejeição	-	-	-	-
Perda do objeto	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Total	20	8	16	3

Resultados dos Acórdãos	1º trim 2015	1º trim 2016		
		Plenário	1ª Câmara	2ª Câmara
Prestação de Contas Anual – Gestão Executivo	1	6	8	15
Regular	1	3	4	14
Regular com ressalva	-	3	1	1
Irregular	-	-	1	-
Saneado	-	-	-	-
Quitação	-	-	-	-
Outros	-	-	2	-
Prestação de Contas – Gestão demais entidades	60	22	34	31
Regular	41	14	25	28
Regular com ressalva	12	6	7	2
Irregular	6	1	1	-
Saneado	-	-	-	-
Quitação	-	-	-	-
Outros	1	1	1	1
Tomada de Contas Especial – Convertida	13	3	4	-
Regular	1	-	-	-
Regular com ressalva	-	-	-	-
Irregular	11	3	4	-
Saneado	-	-	-	-
Quitação	-	-	-	-
Outros	1	-	-	-
Tomada de Contas Especial - Instaurada	3	5	7	2
Regular	-	-	2	-
Regular com ressalva	-	1	2	1
Irregular	1	-	-	-
Saneado	-	-	-	-
Quitação	1	-	-	-
Outros	1	4	3	1
Prestação de Contas - Convênio	1	-	-	-
Regular	-	-	-	-
Regular com ressalva	-	-	-	-
Irregular	1	-	-	-
Saneado	-	-	-	-
Quitação	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Fiscalização Ordinária	21	8	1	2
Acolher razões de justificativa	8	2	-	-
Não acolher razões de justificativa com multa	-	-	1	-
Não acolher razões de justificativa sem multa	-	-	-	-
Outros	13	6	-	2
Denúncias	39	17	5	3
Procedente	-	3	-	-
Parcialmente procedente	2	-	-	1
Improcedente	2	4	1	1
Não conhecer	14	6	1	1
Outros	21	4	3	-

Resultados dos Acórdãos	1º trim 2015	1º trim 2016		
		Plenário	1ª Câmara	2ª Câmara
Representação	37	60	11	14
Procedente	6	3	3	1
Parcialmente procedente	1	3	1	-
Improcedente	8	12	-	6
Não conhecer	7	25	5	4
Outros	15	17	2	3
Recurso de Reconsideração	13	4	-	-
Provimento	2	2	-	-
Provimento parcial	3	-	-	-
Negado provimento	2	2	-	-
Não conhecer	2	-	-	-
Outros	4	-	-	-
Pedido de Reexame	2	6	-	-
Provimento	-	-	-	-
Provimento parcial	1	-	-	-
Negado provimento	1	-	-	-
Não conhecer	-	6	-	-
Outros	-	-	-	-
Pedido de Revisão	2	-	-	-
Provimento	2	-	-	-
Provimento parcial	-	-	-	-
Negado provimento	-	-	-	-
Não conhecer	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Agravo	4	10	2	-
Provimento	2	3	-	-
Negado provimento	2	4	2	-
Não conhecer	-	3	-	-
Embargos de Declaração	3	2	1	-
Provimento	2	-	1	-
Negado provimento	1	2	-	-
Não conhecer	-	-	-	-
Outros assuntos	97	20	45	38
Regular	-	-	-	-
Irregular	-	-	-	-
Improcedente	-	-	-	-
Saneado da omissão	-	-	-	-
Procedência	-	-	-	-
Regular com ressalva	-	-	-	-
Arquivar	90	-	-	-
Multa	4	-	2	-
Tornar insubsistente acórdão	-	-	-	-
Tornar sem efeito acórdão	-	-	-	-
Anular acórdão	1	-	-	-
Extinção da obrigação	-	-	-	-
Extinção sem julgamento de mérito	-	-	-	-
Outros	2	20	43	38
Total	296	163	118	105

Resultado das Decisões	1º trim 2015	1º trim 2016		
		Plenário	1ª Câmara	2ª Câmara
Registro de pessoal	1.605	3	408	362
Registro	1.604	3	408	362
Admissão	893	1	169	181
Aposentadoria	416	1	126	116
Pensão	96	-	42	24
Reforma	13	-	4	2
Transferência para reserva	83	-	6	1
Revisão de proventos	-	-	3	2
Retificação de ato	-	-	1	-
Reexame de decisão	1	-	-	-
Devolver à origem	10	1	15	10
Outras	92	-	42	26
Denegar registro	1	-	-	-
Demais decisões	1.488	547	80	41
Converter Tomada de Contas Especial e citar	3	7	3	1
Rejeitar alegações na fase prévia (art. 157, §3º)	1	-	-	-
Citação / notificação	1.370	442	30	13
Notificar / citar por edital	7	13	-	-
Realizar Fiscalização	3	5	-	-
Instaurar / Complementar Tomada de Contas Espec.	4	2	4	1
Diligência interna / externa	-	1	-	-
Revelia	3	3	1	-
Dar ciência do Rel. de Gestão Fiscal e/ou RREO	2	2	-	-
Ratificar / Deferir Medida Cautelar	10	6	1	-
Ratificar / Indeferir Medida Cautelar	20	27	2	1
Revogar Medida Cautelar	1	-	-	-
Sobrestar julgamento / apreciação	5	-	2	1
Submeter ao Plenário (incidente inconst., art. 16, § 3º, etc)	4	-	2	-
Alerta	35	13	28	22
Consulta - não conhecer	2	2	-	-
Conceder efeito suspensivo a recurso (Reexame, Agravo)	-	-	1	-
Não conceder efeito suspensivo a recurso	-	-	-	-
Deferir parcelamento	-	1	-	-
Outras	18	23	6	2
Total	3.093	550	488	403

Resultados dos Pareceres Prévios	1º trim 2015	1º trim 2016		
		Plenário	1ª Câmara	2ª Câmara
Prestação de Contas	10	3	16	3
Parecer pela aprovação	5	3	6	2
Parecer pela aprovação com ressalva	3	-	4	1
Parecer pela rejeição	2	-	6	-
Reformular parecer - aprovação	-	-	-	-
Reformular parecer - rejeição	-	-	-	-
Contas ilíquidáveis	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Recursos	10	5	-	-
Negar provimento - aprovação	-	-	-	-
Negar provimento – aprovação com ressalvas	1	-	-	-
Negar provimento - rejeição	-	2	-	-
Provimento - reformular parecer - aprovação	4	-	-	-
Provimento - reformular parecer – aprovação com ressalva	2	-	-	-
Provimento - anular parecer	-	-	-	-
Provimento - reformular parecer - rejeição	2	-	-	-
Provimento parcial - rejeição	1	1	-	-
Provimento parcial - aprovação	-	1	-	-
Não conhecer	-	1	-	-
Negar seguimento - excluir atos de gestão - aprovação	-	-	-	-
Negar seguimento - reformular p/ excluir irregularidades - rejeição	-	-	-	-
Perda do objeto	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Total	20	8	16	3

Parecer em Consulta		
Nº	Interessado	Ementa
001	P. Vitória	1) impossibilidade de haver simples transferência de recursos pelo município para aplicação por outro ente na área de saúde – 2) possibilidade de cooperação entre estado e município, ou entre municípios, com vistas a negociação envolvendo solução para que outros entes disponibilizem serviços que não podem ser prestados pelo município – art. 21 da lei complementar 141/2012.
002	P. Venda Nova do Imigrante	Impossibilidade de se considerar as despesas com remunerações dos servidores atuantes no programa de agentes comunitários de saúde – pacs e programa de saúde da família – psf como “outros serviços de terceiros – pessoa física”, devendo, ao contrário, ser computadas para os fins dos arts. 18 a 23 da lei complementar 101/2000 como despesas com pessoal.

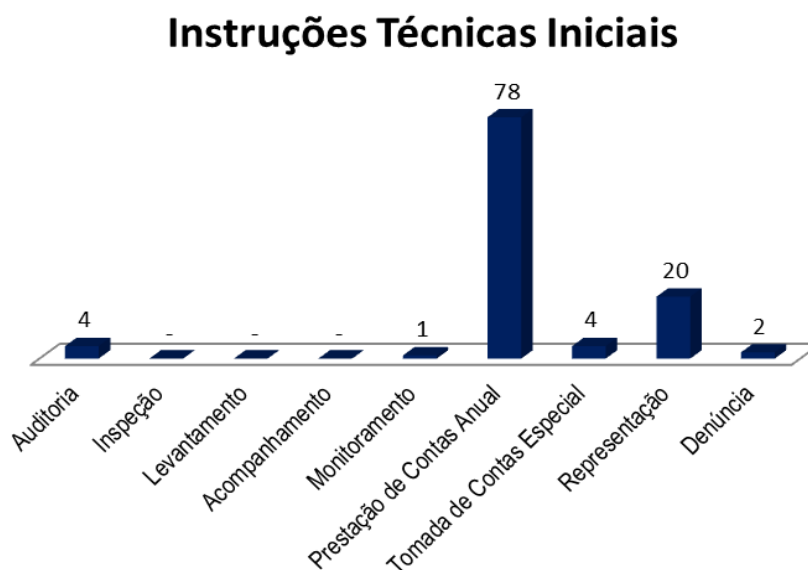
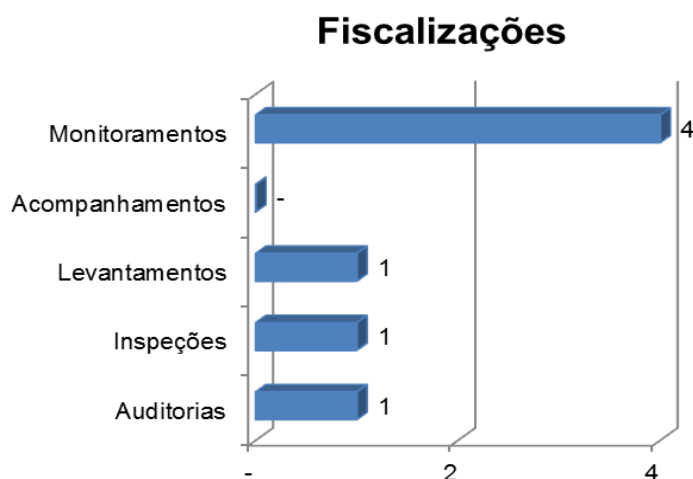
003	C. Castelo	1) o valor proveniente da taxa de inscrição em concurso público promovido pelo poder legislativo deve ser recolhido à conta única do tesouro do município, por constituir receita pública pertencente ao ente federativo – 2) o pagamento de eventual contratado pelo legislativo para realizar concurso público não poderá ser realizado com o valor das taxas de inscrição do certame, diretamente pelo órgão, devendo ser efetuado com os recursos repassados ao ente pelo poder executivo, em duodécimos, dentro dos limites máximos de total da despesa previstos no artigo 29-a, da constituição federal, por se tratar de despesa orçamentária – 3) não se vislumbra nenhuma vantajosidade na celebração de contrato de risco pelo poder legislativo tendo por base o valor arrecadado com as taxas de inscrição, vez que a câmara não deterá a disponibilidade sobre tais recursos, que deverão ser depositados na conta única do tesouro municipal.
004	P. Divino de São Lourenço	1) responder os questionamentos dos itens (a), (b) e (d) nos termos dos pareceres em consulta tc-04/2006, tc-35/2005 e tc-37/2005, respectivamente – 2) quanto ao item (c) admite-se a participação da iniciativa privada na prestação de serviços públicos de saúde, nos termos do art. 2º da portaria nº 3277/2006, desde que complementar ao sistema único de saúde, devendo ser formalizada através de contrato de direito público ou convênio ou outro instrumento previsto em lei que os substitua – ressalta-se que uma interpretação ampla e irrestrita das atividades do sus pela iniciativa privada fere o ordenamento jurídico vigente, configurando burla ao concurso público para a contratação de profissionais de saúde – não se admite a substituição de investimento público pelo privado e nem a gestão privada dos serviços de saúde prestados pelo sus – possibilidade de contratação de organização social para a prestação de serviços públicos de saúde por meio de contrato de gestão, conforme entendimento do supremo na adin 1923.

Resoluções		
Nº	Ementa	Data da publicação
-	-	-
Total		-

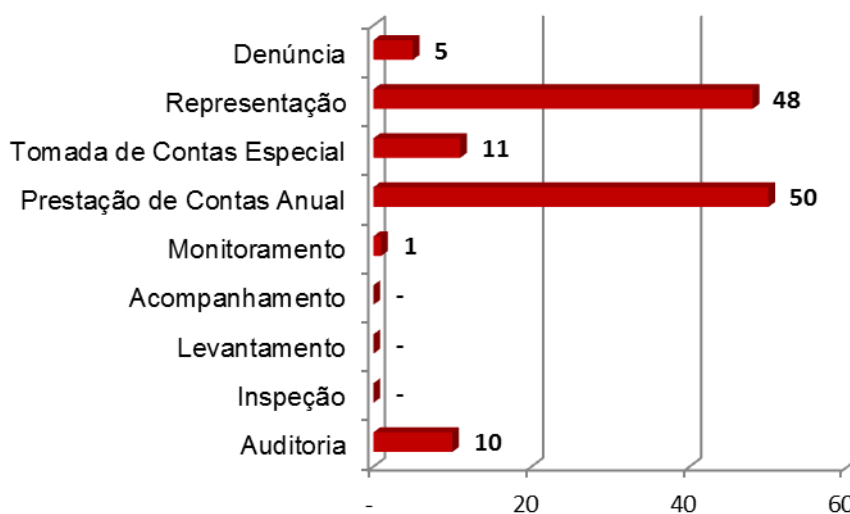
3.3 AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO

As ações de controle externo a serem realizadas pelo TCEES sejam de iniciativa externa (denúncias, representações etc.) ou de iniciativa interna/própria, estão discriminadas no seu Plano Anual de Fiscalização (PAF), que é um instrumento de planejamento das ações de fiscalização do Tribunal de Contas, elaborado pela Secretaria Geral de Controle Externo – Segex e aprovado em Plenário.

O procedimento de auditoria, principal instrumento utilizado nas ações de controle externo, é composto por três etapas: o planejamento, a execução in loco e a elaboração do relatório, etapas essas precedidas pela elaboração de um Plano de Fiscalização específico.



Instruções Técnicas Conclusivas



ANÁLISE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

	1º trim 2015	1º trim 2016
Relatórios técnicos contábeis (RTC)	89	117
Instrução contábil conclusiva (ICC)	44	92
Análise Inicial de conformidade (AIC)	26	4
Total	159	213

ATOS SUJEITOS A REGISTRO

	1º trim 2015	1º trim 2016
Atos concessórios (aposentadoria, pensão, reserva e reforma)	638	343
Atos admissionais	1.442	378
Outros	16	101
Total	2.096	822

RECURSO, REVISÃO E CONSULTA

	1º trim 2015	1º trim 2016
Orientação Técnica de Consulta	5	11
Instrução Técnica de Recurso	24	20
Instrução Técnica de Revisão	-	-
Instrução Técnica de Defesa	2	-
Instrução Técnica em Estudos de Casos Especiais	-	-
Total	31	31

OUTRAS INSTRUÇÕES E MANIFESTAÇÕES TÉCNICAS	1º trim 2015	1º trim 2016
RREO	35	27
RGF	52	48
PPA	-	-
LDO	2	1
LOA	2	-
Prestações de Contas Bimestrais	80	40
Análise de Edital	-	-
Comunicação de Tomada de Contas Especial	19	4
Instrução Preliminar - Medidas Cautelares	57	73
Instrução Técnica de Monitoramento Fiscal – ITMF	1	1
Manifestação Técnica de Chefia	13	9
Manifestação Técnica de Defesa	3	2
Manifestação Técnica de Recurso e de Revisão	1	2
Manifestação Técnica em Defesa Oral	-	11
Outras	376	145
Total	641	363

3.4 COMISSÕES TÉCNICAS INSTITUÍDAS

Portaria N N°	Comissão instituída	Data de publicação no DOE
07	Comissão Técnica responsável pela análise das demonstrações contábeis, das demais peças da Prestação de Contas Anual e de eventuais relatórios resultantes de procedimentos fiscalizatórios sob a responsabilidade do Governador do Estado do Espírito Santo, referente ao exercício financeiro de 2015.	05/02/16

ATIVIDADES DE GESTÃO

4.1 GESTÃO DE PESSOAS

O quadro geral de ocupação do TCEES está distribuído conforme tabelas abaixo:

Cargo	Ocupados	Disponíveis	Total
Conselheiro	7	-	7
Auditor	3	1	4
Procurador Especial de Contas	3	-	3
Cargos efetivos	288	2	290
Auditor de Controle Externo	237	1	238
Assistente Técnico	15	-	15
Auxiliar de Serviços	14	1	15
Analista Administrativo	22	-	22
Cargos de Gabinete	66	11	77
Cargos comissionados	187	-	187
Chefias	26	-	26
Assessoramento	161	-	161
Total	554	14	568

Estabilizados	11
Efetivos de outros órgãos ocupando cargo comissionado	9
Efetivos do TCEES ocupando cargo comissionado	34

Estagiários	1º trim 2016
Nível superior	70
Nível médio	37

Informações mais detalhadas sobre Gestão de Pessoas estão disponíveis no portal www.tce.es.gov.br, na sessão Transparência, Gestão de Pessoas.

GESTÃO DO CONHECIMENTO

Resultados da capacitação	1º trim 2015	1º trim 2016
Eventos	34	69
Eventos para servidores do TCEES	20	25
<i>Interno (promovido pelo TCEES)</i>	<i>6</i>	<i>17</i>
<i>Externo (promovido por outras instituições)</i>	<i>11</i>	<i>1</i>
<i>Iniciativa do servidor</i>	-	-
<i>Outros eventos</i>	3	7
Eventos para jurisdicionados TCEES (Presencial)	-	2
Eventos para jurisdicionados TCEES (EAD)	14	42
Pessoas capacitadas	939	7.039
Servidores e membros do TCEES	222	491
Jurisdicionados (Presencial)	-	283
Jurisdicionados (EAD)	717	6.265
Horas de capacitação	20.757	182.648
Servidores e membros do TCEES	3.068	11.228
Jurisdicionados (Presencial)	-	1.132
Jurisdicionados (EAD)	17.689	170.288

A capacitação também acontece por meio do acervo disponível na Biblioteca, que atualmente conta com **21.920** itens, disponível tanto para os seus servidores quanto para servidores de jurisdicionados e público externo em geral.

4.2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O orçamento do TCEES para o exercício de 2016 apresentou dotação orçamentária inicial de R\$ 162.031.790,00.

A distribuição segundo a natureza da despesa está indicada na tabela a seguir, com a posição em 31/03/15.

(valores em R\$)

Acompanhamento	Dotação Inicial	Dotação atualizada ⁽¹⁾	Empenhado ⁽¹⁾	Liquidado ⁽¹⁾	Pago ⁽¹⁾
Despesas correntes	155.677.235,00	155.677.235,00	126.671.367,24	29.739.552,88	29.428.173,37
Pessoal	132.519.090,00	132.519.090,00	112.747.474,34	26.199.318,99	25.888.692,98
Pessoal - Ativo	115.616.690,00	115.616.690,00	112.747.474,34	26.199.318,99	25.888.692,98
Pessoal - Inativo ⁽²⁾	16.902.400,00	16.902.400,00	-	-	-
Outras despesas (custeio)	23.158.145,00	23.158.145,00	13.923.892,90	3.540.233,89	3.539.480,39
Despesas de capital (investimento)	6.354.555,00	6.354.555,00	470.992,11	78.723,15	78.723,15
Total Geral	162.031.790,00	162.031.790,00	127.142.359,35	29.818.276,03	29.506.896,52
Total Disponível ⁽³⁾	145.129.390,00	145.129.390,00			

(1) Valores acumulados no ano, até o trimestre em análise.

(2) Dotação orçamentária referente a contribuições previdenciárias ao regime próprio de previdência, bloqueada pela Secretaria de Estado da Economia e Planejamento, em atendimento art. 10 da Lei nº 10.492/16 (LOA).

(3) Desconsiderado, do total, o valor da despesa com pessoal inativo.

Informações mais detalhadas sobre as despesas realizadas estão disponíveis no portal www.tce.es.gov.br, na sessão Transparência, Execução Orçamentária e Financeira.

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A apuração do limite de gasto com pessoal está resumida na tabela a seguir e detalhada no Relatório de Gestão Fiscal do TCEES, disponível no portal www.tce.es.gov.br.

(valores em R\$)

Descrição	janeiro a dezembro/2015
Despesa com pessoal para fins de apuração do limite – R\$	100.681.524,34
Receita Corrente Líquida – R\$	11.951.594.613,26
Limite apurado – %	0,842
Limite máximo – 1,300 %	155.370.729,97
Limite prudencial – 1,235 %	147.602.193,47
Limite de alerta – 1,170 %	139.833.656,97

Fonte: RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”)

4.3 SERVIÇOS GERAIS

As atividades do Núcleo de Obras e Manutenção - NOM no 1º trimestre foram:

- Planejamento das obras a serem executadas na gestão 2016-2017;
- Acompanhamento da obra de reforma do muro;
- Execução da sondagem do terreno para a construção dos sanitários acessíveis;
- Projetos de alterações de divisórias;
- Confecção de TR para contratação de alterações de divisórias;
- Confecção de TR para aquisição de aparelhos de ar condicionado do tipo ACJ;
- Auxílio à STI na Confecção de TR para aquisição de No-breaks;
- Manutenção e limpeza dos telhados e calhas;
- Substituição de lâmpadas eletrônicas por lâmpadas LED;
- Projetos de adequação de leiautes conforme solicitações;
- Conclusão da Obra de segmentação dos circuitos de iluminação;
- Conclusão da obra de instalação do Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas - SPDA;
- Acompanhamento dos serviços de desinsetização, desratização e descupinização do prédio do TCEES;
- Alimentação de informações para o informativo Zé da Obra;
- Acompanhamento do contrato de manutenção dos elevadores;
- Acompanhamento do contrato de manutenção dos aparelhos de ar condicionado;
- Atendimento das solicitações de serviços de manutenção predial – mais de 180 tíquetes solucionados no período.

4.4 GESTÃO DOCUMENTAL

Controle documental	1º trim 2015	1º trim 2016
Correspondências expedidas	3.657	4.046
Correspondências recebidas	5.213	5.003
Nº de processos arquivados	957	1.715
Nº de processos autuados	3.741	2.075
Processos de Pessoal do TCEES	3	2
Processos Administrativos do TCEES	163	145
Processos de Controle Externo	3.575	1.928

4.5 COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

A comunicação institucional do TCEES tem como foco a promoção do intercâmbio de informações, dentro do Tribunal e entre o Órgão e a sociedade, de forma a viabilizar a construção e a manutenção da imagem corporativa.

O Tribunal mantém instrumentos destinados à divulgação interna e externa das atribuições e dos resultados de suas ações, de formas compreensíveis para servidores, jurisdicionados e cidadãos, visando a efetividade e a eficiência da comunicação.

Canais de comunicação externa	
Portal TCEES	Meio de divulgação de informações e serviços pela internet, por meio do endereço www.tce.es.gov.br .
Informativo Acontece	Boletim informativo com periodicidade bimestral, enviado para órgãos jurisdicionados, Tribunais de Contas, faculdades estaduais (curso de Direito e Administração), jornalistas, órgãos representantes dos Tribunais e servidores do TCEES.
Responsabilidade Social	“Ética e transparência” e “Responsabilidade Sustentável” são valores preconizados pelo TCEES. Com gestão ética e transparente, a instituição tem diversas iniciativas que reforçam seu compromisso com uma sociedade mais justa: apresentações diversas do Coral de Contas - formado por servidores da casa - em instituições filantrópicas e terminais rodoviários da Grande Vitória; campanhas solidárias e empréstimo do auditório da Escola de Contas Públicas (ECP).

Canais de comunicação interna	
Intranet	Rede interna do TCEES, acessível exclusivamente aos servidores, que podem obter instantaneamente informações sobre o Tribunal de Contas, seu corpo funcional e eventos de capacitação.
Na Sessão	Informativo online, enviado semanalmente, por email, aos servidores do TCEES, com o resumo dos processos julgados/apreciados em Plenário.
Notícias no Ponto	Jornal mural semanal afixado em seis pontos estratégicos. Enfoca assuntos relacionados à saúde e bem-estar, à etiqueta social e profissional, à rotina corporativa e às características dos servidores.

Principais atividades de comunicação	1º trim 2015	1º trim 2016
Atendimentos a jornalistas	178	80
Jornalistas recebidos no TCEES	7	8
Entrevistas coletivas	-	-
<i>Releases</i> enviados à imprensa	48	76
Edições do "Na Sessão"	8	7
Publicações especiais	-	4
Textos institucionais elaborados	-	-
Remessa do Informativo <i>Acontece</i>	3.000	3.000
Notícias inseridas no Portal TCEES	48	80
Notícias inseridas na Intranet	10	19
Campanhas internas realizadas	2	7
Campanhas solidárias realizadas	6	1
Diário oficial eletrônico	59	59

4.6 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

As principais atividades da área de tecnologia de informação, no 1º trimestre, foram:

Evolução da Tecnologia da Informação	1º trim 2015	1º trim 2016
Estações de trabalho	565	565
Servidores com acesso aos recursos da rede	655	657
Sistemas em desenvolvimento e/ou em implantação	3	5
Sistemas em funcionamento	36	41
Desenvolvidos pela STI	24	28
Adquiridos de terceiros	12	13

Dos sistemas em funcionamento que são desenvolvidos pelos técnicos do Tribunal, destacam-se os relacionados ao suporte para o controle externo.

Sistemas de suporte ao controle externo	Descrição
Sistema LRF Web	Visa receber e tratar os dados referentes às informações sobre a execução orçamentária e a gestão fiscal, na esfera municipal da administração pública, para fins de verificação dos pontos de controle relacionados à Lei de Responsabilidade Fiscal.
Controle Informatizado de Dados do Espírito Santo - CIDADES-WEB	Sistema de remessa ao TCEES, por meio da internet, dos dados da abertura do exercício, da prestação de contas bimestral e informações adicionais das entidades municipais da administração direta e indireta regidas pela Lei Federal nº 4.320/64.
Sistema Informatizado de Controle de Obras Públicas – GEO-OBAS	Sistema de informações geográficas que visa receber os dados referentes à execução físico-financeira das obras públicas executadas em todos os órgãos das esferas estadual e municipais.
Módulo de Monitoramento de Decisões do e-TCEES	Sistema que permite à área técnica do TCEES a verificação, por meio de monitoramento, do cumprimento das determinações e recomendações expedidas pelo TCEES e dos resultados delas advindos.
Banco de Achados	Sistema que disponibiliza aos auditores do TCEES a consulta e o cadastramento de informações e artigos atinentes a cada achado de auditoria (critério, texto para o relatório de auditoria, possíveis recomendações e determinações, posicionamento técnico conclusivo, entendimento do plenário e das câmaras do TCEES, de outros Tribunais, e entendimentos doutrinários).

4.7 CONTROLE INTERNO

O Núcleo de Controle Interno (NCI), instituído por meio da Resolução TC N.º 223/2010, é uma unidade vinculada diretamente à Presidência e integra o Sistema de Controle Interno do TCEES juntamente com as demais unidades integrantes da estrutura organizacional do Tribunal de Contas.

Ao NCI compete o planejamento, a coordenação e a execução das ações relacionadas ao controle interno do TCEES.

Nesse 1º trimestre, o NCI destaca:

- Principais atividades:
 - ✓ Acompanhamento e orientação dos trabalhos das unidades setoriais na elaboração dos sistemas administrativos previstos no plano de ação de implementação do Sistema de Controle Interno;
 - ✓ Revisão de normas de procedimentos apresentadas a este setor pelas unidades setoriais de controle com base na metodologia BPM (Business Process Management), segundo padronizações definidas pela ABPMP (Association of Business Process Management Professionals) utilizando a ferramenta Bizagi Process Modeler.

- Participação em Conselhos/Grupos de trabalho, conferências e treinamentos:
 - ✓ Participação na Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Controle Interno – CECI;
 - ✓ Participação de servidor na Comissão de Ética do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, como membro suplente.

- Revisão e elaboração de Normas Internas:
 - ✓ Publicação da norma de procedimento SCI – 03/2015 – Prestação de Contas Anual do TCEES;
 - ✓ Revisão da minuta da Norma Interna de Procedimento SCL – 01/2016 – Procedimentos para contratação e bens, serviços, obras e serviços de engenharia.

4.8 GESTÃO DA ESTRATÉGIA

Destacam-se abaixo, as principais atividades desenvolvidas pelo NPP, no 1º trimestre de 2016:

- Seleção dos projetos priorizados do Plano Executivo 2016;
- Construção do Projeto de Inexibilidade para contratação de empresa de assessoria para Planejamento Estratégico;
- Participação em estudo de Planejamento da execução orçamentária de 2016;
- Início da elaboração do Plano de Ação MMDTC-QATC do TCEES;
- Finalização de projetos 2015 na plataforma Channel;
- Elaboração de Relatório de Atividades do 4º Trimestre e do Relatório Anual de Atividades 2015;
- Planejamento de evento de lançamento do Projeto Avançar e de apresentação dos Plano Executivo 2016.

Projetos encerrados no trimestre		
Mês	Projeto	Descrição
Janeiro	Educação a distância	Implantação do Programa de Educação a Distância do TCE
	Revisão de Instrumentos Normativos – IN 09/2008	Estudo e elaboração de proposta de regulamentação para tramitação dos processos de auditoria operacional no TCEES
	Revisão de Instrumentos Normativos – Res. 193/2003	Revisão da Resolução TC nº 193/2003
	Revisão de Instrumentos Normativos – Res. 219/2010	Atualização da normatização dos procedimentos a serem adotados pelo TCEES nos casos de descumprimento por parte dos jurisdicionados de prazos legais ou regulamentares previstos nas resoluções do TCEES
	Revisão de Instrumentos Normativos – Res. 216/2007	Atualização da Resolução TC nº 216/2007, que institui o Manual de Orientação para o Estado e Municípios Capixabas sobre a Gestão das Ações e Serviços Públicos de Saúde
	Planejamento Estratégico 2016-2020	Construção do Planejamento Estratégico de longo prazo do TCEES
	Sala Segura	Proporcionar um ambiente seguro no DataCenter da Secretaria de Tecnologia da Informação, oferecendo maior garantia no armazenamento de informações eletrônicas. Projeto cancelado.
	Indicador: Competências Técnicas e Gerenciais	Definição das competências de que o TCEES necessita para alcançar seus objetivos estratégicos e identificar as competências individuais, visando a criação de condições internas de aprendizado

Projetos iniciados no trimestre			
Mês	Projeto	Portaria N	Produtos para 2016
Março	Sistema de Benefícios	Nº 029	- Sistema de benefícios integrado ao e-TCEES. - Capacitação interna.
Março	Sistema de Fiscalização	Nº 030	- Termo de Referência para contratação. - Acompanhamento da contratação. - Acompanhamento do desenvolvimento e testes. - Capacitação interna.
Março	Registro de Atos de Pessoal	Nº 026	- Módulos: Quadro de pessoal, Concurso e Admissão (cargos e empregos públicos). - Instrução normativa - Contratação e desenvolvimento do sistema. - Capacitação interna e externa.
Março	Capacitação da Área Técnica - 1ª Fase	Nº 032	- Capacitação dos auditores em Auditoria Governamental. - Capacitação dos auditores na instrução dos processos quanto à responsabilização de agentes públicos e privados perante os TCs. - Capacitação dos auditores na instrução dos processos nos TCs – acusação, contraditório, julgamento e recursos.
Março	Estratégia da Especialização 1ª Fase	Nº 021	- Reestruturação da área técnica do Tribunal, com a criação de novas secretarias especializadas. - Redistribuição dos auditores de controle externo lotados na área técnica. - Normatização (Emenda Regimental aprovada).
Março	Sistema de Sessões e Relatoria	Nº 031	- Integração com o sistema e-TCEES (módulo processo eletrônico). - Pautas, atas e deliberações digitais. - Controle e registro das relatorias do TCEES. - Capacitação interna
Março	Sistema de Acompanhamento de Execuções	Nº 028	- Integração com sistema DUA (SEFAZ). - Integração com o sistema e-TCEES (módulo proc. elet.). - Relatórios de acompanhamento das quitações. - Capacitação interna.
Março	Cidades Web - 3ª Fase	-	- Módulo dos limites constitucionais. - Módulo dos limites legais. - Capacitação interna.
Março	Painel de Controle Macrogestão Governamental do Estado	Nº 023	- Relatório contendo dados da área fiscal, contábil e econômica, com informações condensadas, disponibilizadas no Portal TCEES. - Dashboards (painéis) construídos em ferramenta de Business Intelligence, com acesso online
Março	Processo Administ. Eletrônico	Nº 025	- Sistema Integrado de informações administrativas gerenciais. - Sistema de Gerenciamento dos contratos. - Relatórios de Gestão.

Março	RH Informatizado - 2ª Fase	Nº 027	<ul style="list-style-type: none"> - Portal RH com informações sobre férias, ficha funcional, lotação, licenças-médicas. - Relatórios gerenciais específicos para acompanhamento da execução orçamentária da folha de pagamento.
Março	Portal Acessível (Módulo do projeto Cidade Mais Acessível)	-	<ul style="list-style-type: none"> - Portal de Internet e Intranet do TCEES reformulados em adequação às normas de acessibilidade. - Novas ferramentas para divulgação de informações pela assessoria de comunicação e demais unidades que alimentam de informações os portais do TCEES.
Março	Plano de Ação MMDTC-QATC TCEES	Nº 024	<ul style="list-style-type: none"> - Plano de ação 2016 do MMDTC-QATC do TCEES. - Identificação dos indicadores a serem trabalhados em 2016.
Março	Modelo de gestão do TCEES	Nº 022	<ul style="list-style-type: none"> - Diagnóstico inicial da FDC - Sistemática de acompanhamento de projetos definida. - Estrutura organizacional revisada e definição das atribuições de cada área.

NÚCLEO DE JURISPRUDÊNCIA E SÚMULA

O Núcleo de Jurisprudência, no primeiro trimestre de 2016 realizou as seguintes atividades:

- Publicação do Informativo Anual de Jurisprudência.
- Publicação quinzenal dos Informativos de Jurisprudência nº 26, nº 27, nº 28 e nº 29.

O Informativo de Jurisprudência é boletim elaborado pelo Núcleo de Jurisprudência que tem por escopo apresentar resumidamente as teses jurídicas que foram discutidas e aprovadas na Sessão Plenária, Sessão da 1ª Câmara ou Sessão da 2ª Câmara. Trata-se de compêndio das decisões publicadas no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Espírito Santo, considerando critérios de ineditismo, relevância ou reiteração.

O Informativo Anual de Jurisprudência é compêndio dos boletins informativos publicados no ano anterior, separando-os por assunto. Dessa forma busca-se facilitar a formação da jurisprudência no âmbito desta Corte de Contas, bem como auxiliar o fornecimento de informação aos usuários.

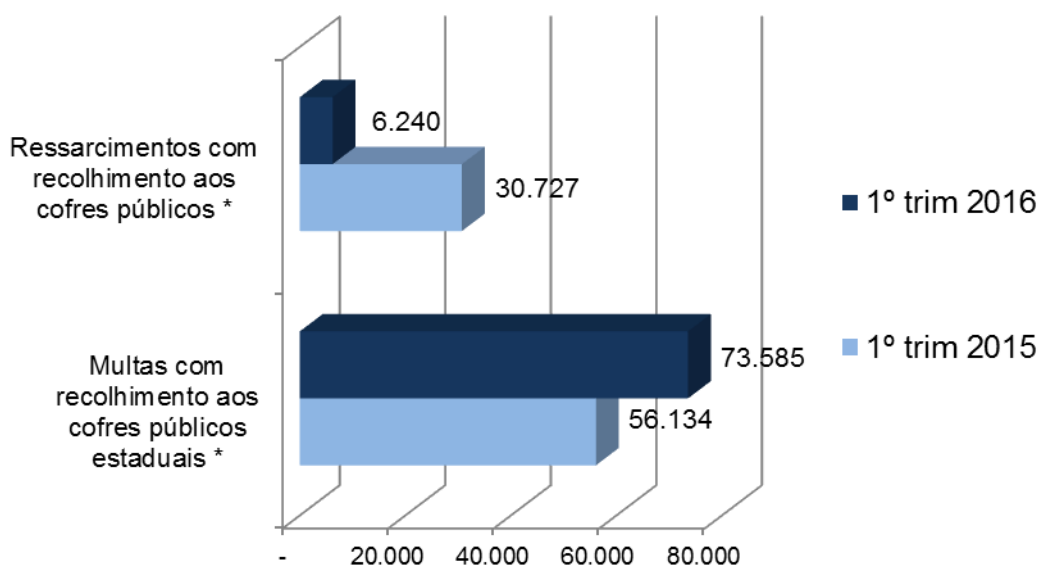
MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TC

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas é um órgão autônomo e independente, cuja finalidade principal é a defesa da ordem jurídica no âmbito de atuação do TCEES, representando contra a ilegitimidade ou irregularidade de qualquer despesa.

Atividades	1º trim 2015	1º trim 2016
Processos distribuídos	2.817	1.850
Pareceres emitidos	3.011	1.553
Termos de atualização de valores a cobrar	39	34
Termos de verificação de valores pagos	22	23
Novas cobranças cadastradas no sistema	39	63

Montante de multas e ressarcimentos com recolhimento comprovado pelo TCEES	1º trim 2015	1º trim 2016
Multas com recolhimento aos cofres públicos estaduais *	56.134,33	73.584,96
Ressarcimentos com recolhimento aos cofres públicos *	30.727,06	6.240,00
Total	86.861,39	79.824,96

* Informações sujeitas a atualizações, de acordo com a comprovação de pagamento encaminhada ao TCEES.



CORREGEDORIA

A Corregedoria do Tribunal de Contas, criada por meio da Lei Complementar nº 549, de 16 de abril de 2010, tem como Corregedor o Conselheiro Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun (biênio 2016/2017).

Em atendimento ao art. 22,II, do Regimento Interno desta Corte de Contas (aprovado pela Resolução TC Nº 261, de 04 de junho de 2013), a Corregedoria efetuou a análise sobre o cumprimento dos requisitos para dar prosseguimento a uma denúncia que foi recebida por este Tribunal por meio da Ouvidoria.

No período, o Corregedor, em atendimento ao art. 22, III, examinou e relatou os procedimentos sobre desempenho dos auditores de controle externo submetidos ao estágio probatório, opinando, fundamentadamente, por sua confirmação no cargo ou exoneração, observadas as formalidades legais.

Foram realizados 2 eventos no 1º trimestre de 2016. São eles:

I Workshop da Corregedoria – que teve como objetivo:

- ✓ Promover o nivelamento do grupo quanto à composição, estrutura, legislação e competências da corregedoria
- ✓ Demonstrar a situação atual da corregedoria
- ✓ Identificar as ações ainda não contempladas pela corregedoria (referência MMD-QATC elaborado pela ATRICON)
- ✓ Eleger as ações prioritárias

II Workshop da Corregedoria – que teve como objetivo: Eleger as ações prioritárias a serem realizadas pela Corregedoria nos exercícios de 2016 e 2017

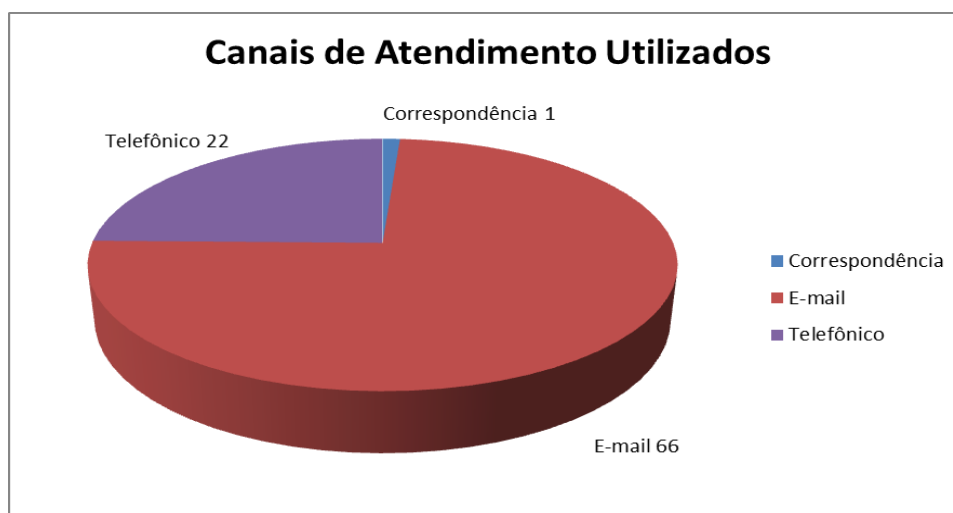
Além disso, foram instauradas e publicadas as Comissões de Sindicância e de Ética.

OUVIDORIA

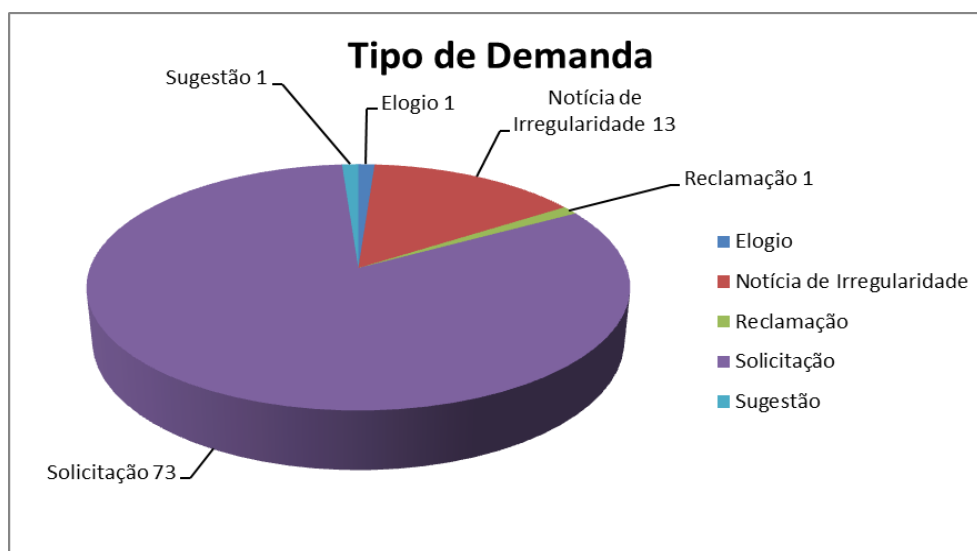
A Ouvidoria, prevista no art. 7º do Regimento Interno desta Corte de Contas, tem como Ouvidor o Sr. Conselheiro Domingos Augusto Taufner.

No 1º trimestre de 2016, no desempenho de suas atividades, a Ouvidoria recebeu o total de **89 demandas**, provenientes de entidades jurisdicionadas, servidores públicos e demais cidadãos.

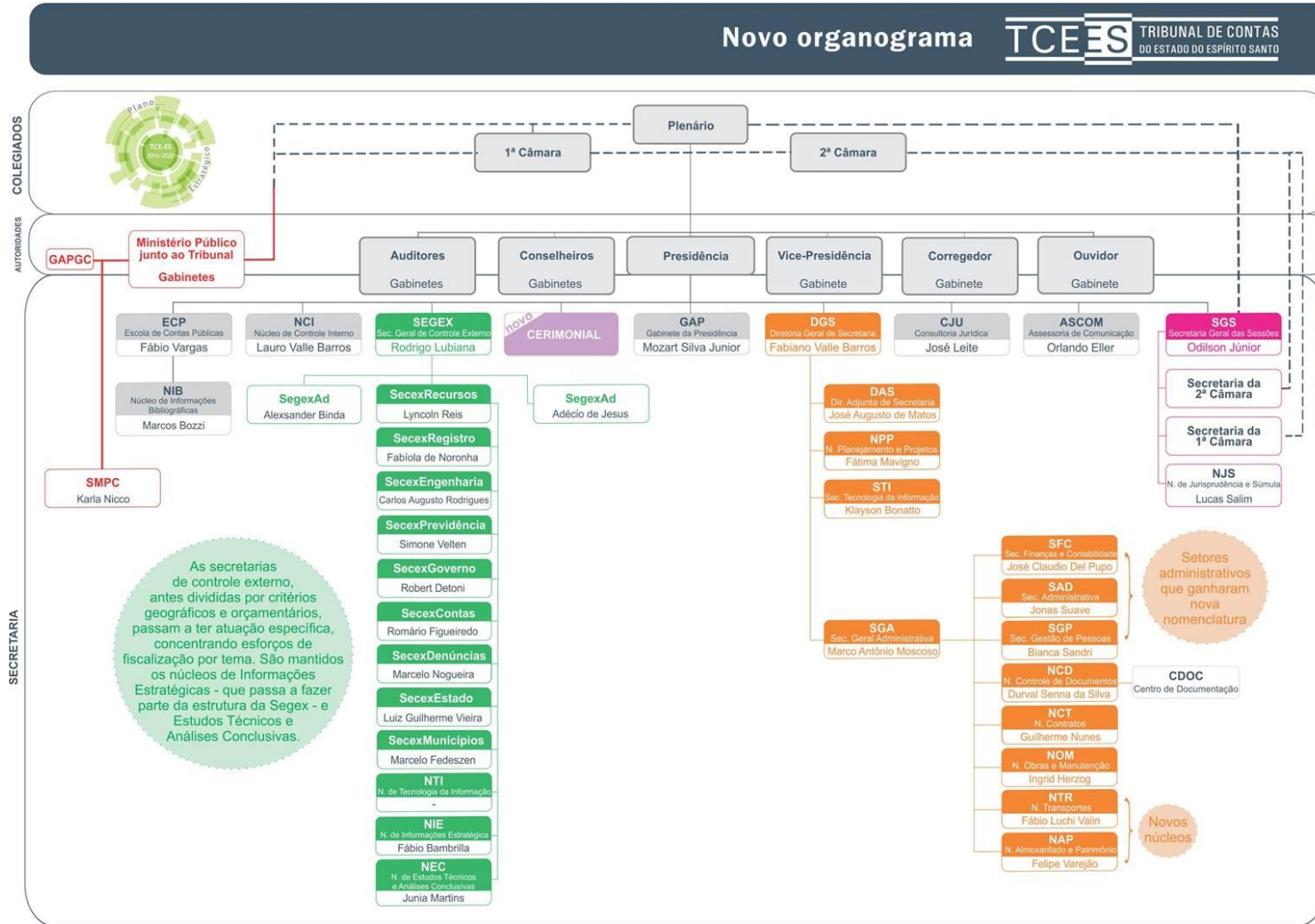
O canal mais utilizado pela população, para envio de suas manifestações, foi o **e-mail**, conforme informa o gráfico abaixo:



Quanto à tipologia, considerando a classificação adotada de acordo com o art. 19 da Resolução TC nº 274/2014, a "Solicitação" foi a mais utilizada:



Estrutura Organizacional do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo



As secretarias de controle externo, antes divididas por critérios geográficos e orçamentários, passam a ter atuação específica, concentrando esforços de fiscalização por tema. São mantidos os núcleos de Informações Estratégicas - que passa a fazer parte da estrutura da Segex - e Estudos Técnicos e Análises Conclusivas.

Nomenclatura/sigla das unidades

Descrição	Sigla
Escola de Contas Pública	ECP
Núcleo de Informações Bibliográficas	NIB
Núcleo de Controle Interno	NCI
Núcleo de Informações Estratégicas	NIE
Gabinete da Presidência	GAP
Diretoria Geral de Secretaria	DGS
Diretoria Adjunta de Secretaria	DAS
Núcleo de Planejamento e Projetos	NPP
Secretaria de Tecnologia da Informação	STI
Secretaria Geral Administrativa	SGA
Secretaria de Finanças e Contabilidade	SFC
Secretaria Administrativa	SAD
Secretaria de Gestão de Pessoas	SGP
Secretaria do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas	SMPC
Núcleo de Controle de Documentos	NCD
Centro de Documentação e Arquivo	CDOC
Núcleo de Contratações	NCT
Núcleo de Obras e Manutenção	NOM
Núcleo de Transportes	NTR
Núcleo de Almoxarifado e Patrimônio	NAP
Consultoria Jurídica	CJU
Assessoria de Comunicação	ASCOM
Secretaria Geral das Sessões	SGS
Secretaria Geral de Controle Externo	SEGEX
Secretaria Adjunta de Controle Externo	SegexAd
Secretaria de Controle Externo de Recursos	SecexRecursos
Secretaria de Controle Externo de Registro de Atos de Pessoal	SecexRegistro
Secretaria de Controle Externo de Obras e Serviços de Engenharia	SecexEngenharia
Secretaria de Controle Externo de Previdência e Pessoal	SecexPrevidência
Secretaria de Controle Externo de Macroavaliação Governamental	SecexGoverno
Secretaria de Controle Externo de Contas	SecexContas
Secretaria de Controle Externo de Denúncias e Representações	SecexDenúncias
Secretaria de Controle Externo de Fiscalização do Estado	SecexEstado
Secretaria de Controle Externo de Fiscalização dos Municípios	SecexMunicípios
Núcleo de Engenharia e Obras Públicas	NEO
Núcleo de Estudos Técnicos e Análises Conclusivas	NEC
Núcleo de Cautelares	NCA
Núcleo de Jurisprudência e Súmula	NJS
Núcleo de Tecnologia da Informação	NTI